



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Realização:



# CADERNO DE QUESTÕES

CARGO  
CONTADOR

DATA: 21/06/2015

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10  
NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 11 a 20  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

### O ato e a pressa

01 O incidente do ministro Nelson Barbosa com o salário mínimo é menos simplório do que indicado em  
02 sua redução, de aparência unânime, a mais um trompaço temperamental da “gerentona”.

03 O ministro do Planejamento não está estreando em governo. Nem mesmo na área de política e  
04 economia. Em seus anos de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até desentender-se com Guido  
05 Mantega, pôde comprovar a profunda relação entre o que se passa na área econômica e as condições em  
06 que Presidência caminha, em política, na administração e com os cidadãos.

07 Nelson Barbosa decide dar uma entrevista coletiva no primeiro dia útil do novo governo, espremido  
08 entre o feriado da posse presidencial e o fim de semana. Não expõe o motivo de tanta pressa. Não espera,  
09 sequer, que o seu parceiro da Fazenda e de ideias seja empossado já no próximo dia útil. Mas Nelson  
10 Barbosa fala no plural: “vamos”. Faz as manchetes com o tema dominante e, excluídas as obviedades, quase  
11 único de sua oferecida fala: “Vamos propor uma nova regra de reajuste do salário mínimo para 2016 a 2019  
12 ao Congresso Nacional nos próximos meses”.

13 A pressa é mais abrangente: Nelson Barbosa anuncia no primeiro dia útil deste ano e do novo governo  
14 uma alteração que, se vigorar, só o fará no ano que vem. Por si mesma, essa antecipação não faz sentido. É,  
15 talvez, uma medida a ser iniciada proximamente, convindo abordá-la desde logo? Não, nada há estabelecido:  
16 a proposta ao Congresso será nos vagos “próximos meses”. Também do ponto de vista administrativo e  
17 legislativo, portanto, o anúncio não faz sentido.

18 Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo,  
19 anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população. Como ato político  
20 é, no mínimo, de espantosa temeridade.

21 Nelson Barbosa dispôs de um elemento a mais para saber o peso, no governo, do tema salário  
22 mínimo. Esse elemento foi dado pela própria Dilma, menos de 24 horas antes do chamado aos repórteres  
23 para ouvir a comunicação do ministro do Planejamento: até por causa do seu desgaste com as escolhas de  
24 Joaquim Levy e Nelson Barbosa, nem na posse Dilma Rousseff deixou de reiterar a imutabilidade da regra  
25 vigente do salário mínimo. Nelson Barbosa estava lá, ouvindo-a.

26 Uma hipótese: velho crítico do salário mínimo, ao qual atribui efeitos corrosivos nas contas  
27 governamentais, como declarou contra a opinião de Dilma quando se iniciava a campanha eleitoral, Nelson  
28 Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar, vitoriosa com ele, uma das  
29 suas insistências derrotadas nas discordâncias com Guido Mantega. E a imporia com Mantega ainda como  
30 ministro, não mais seu superior, mas um igual posto no papel de derrotado. Hipótese improvável, sim.  
31 Desprezível, não.

32 Outra, menos requintada: Nelson Barbosa quis testar o poder e a liberdade de ação de que vai dispor  
33 com Joaquim Levy. Um desafio. Recebeu a resposta ou parte dela, ambas insatisfatórias.

34 Pode-se imaginar uma série de outras hipóteses, melhores e piores. Até onde chego, nenhuma capaz  
35 de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro. Nelson Barbosa, no entanto, não sendo  
36 ingênuo nem de pouca inteligência, por certo agiu com um propósito que, a seu ver e cabe supor que no de  
37 Joaquim Levy, tem sentido.

01. Levando-se em conta a leitura global do texto, pode-se afirmar que
- (A) Nelson Barbosa quis ser o primeiro ministro a anunciar medidas do novo mandato de Dilma Rousseff.
  - (B) Nelson Barbosa só quis afrontar o ex-ministro da fazenda Guido Mantega, com o qual mantinha relação pouco amistosa.
  - (C) Nelson anunciou, no sentido contrário ao governo, uma nova regra de reajuste do salário mínimo.
  - (D) Nelson Barbosa se precipitou ao fazer o anúncio de novas regras de reajuste do salário mínimo.
  - (E) Nelson Barbosa está contra o governo de Dilma Rousseff e tem clara intenção de sabotar o governo petista.
02. Das expressões abaixo, a única que não se refere a Nelson Barbosa é:
- (A) O ministro do Planejamento (linha 03).
  - (B) secretário-executivo do Ministério da Fazenda (linha 04).
  - (C) um integrante do governo (linha 18).
  - (D) Esse elemento foi dado pela própria Dilma (linha 22).
  - (E) velho crítico do salário mínimo (linha 26).
03. O trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população” (linhas 18 e 19) tem, dentre as opções abaixo, uma única paráfrase que mantém, adequadamente, a correção gramatical, as relações textuais e de sentido:
- (A) Não faz sentido algum um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, bradar alterações num dos fatores mais sensíveis à relação entre governo e população.
  - (B) Dos fatores mais sensíveis à mudança, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, alterou um: o salário mínimo.
  - (C) No primeiro dia do ano de 2015 e do governo Dilma Rousseff, um integrante do governo, Nelson Barbosa, fez um anúncio, sem muito sentido, de alteração de um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população.
  - (D) Um integrante do governo, sem sentido, no primeiro dia do ano e do mesmo governo, alterou um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e povo.
  - (E) Em 2015, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, anunciou, apressada e inconsequentemente, uma alteração em um dos fatores mais sensíveis da relação entre Estado e povão.
04. Levando-se em conta o trecho “Nelson Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar (...)” (linhas 27 e 28), marque a opção CORRETA sobre a colocação pronominal.
- (A) O pronome ‘se’ só pode vir antes do verbo, porquanto o nome próprio o atrai.
  - (B) O pronome ‘se’ só pode vir depois do verbo, porquanto não há fator de atração.
  - (C) O pronome ‘se’ deveria ter sido usado no meio do verbo.
  - (D) O pronome ‘se’ não deveria ter sido usado.
  - (E) O pronome ‘se’ pode vir antes ou depois do verbo.
05. Levando-se em conta o trecho “nenhuma capaz de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro” (linhas 34 e 35), marque a opção CORRETA sobre o uso do acento grave.
- (A) O acento está mal empregado porque o vocábulo acentuado antecede um nome no masculino singular (novo ministro).
  - (B) O acento é opcional porque o vocábulo ‘atitude’ admite ou não o artigo feminino.
  - (C) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘sentido’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
  - (D) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘dar’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
  - (E) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pela expressão ‘sentido administrativo ou político’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
06. Levando-se em conta o trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração (...)” (linhas 18 e 19), marque a opção CORRETA quanto ao uso das vírgulas.
- (A) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque a expressão adverbial está em sua posição preferencial: no fim da frase.

- (B) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque expressões adverbiais, sejam quais forem, não são virguladas.
- (C) O uso de somente uma vírgula, depois da primeira ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramatical e semanticamente.
- (D) O uso de somente uma vírgula, depois da segunda ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramaticalmente.
- (E) As duas vírgulas utilizadas estão bem empregadas porque a expressão adverbial, de longa extensão, está deslocada de sua posição preferencial (fim do período) para o meio dele.
07. Levando-se conta o trecho "E a imporia com Mantega ainda como ministro" (linhas 29 e 30), marque a opção em que há uma preposição que substitua, sem prejuízo gramatical e com a menor variação de significado, a preposição 'com' do referido trecho.
- (A) em.
- (B) por.
- (C) a.
- (D) de.
- (E) pelo.
08. Dado o contexto geral do texto, a proximidade semântica do vocábulo 'temeridade' (linha 20) se dá mais com a ideia de:
- (A) Imprudência.
- (B) Medo.
- (C) Desatino.
- (D) Perigo.
- (E) Despropósito.
09. Das formas acentuadas abaixo, a única que NÃO poderia vir sem acento, no caso de mudança de classe gramatical, é:
- (A) 'unânime' (linha 02).
- (B) 'até' (linha 04).
- (C) 'política' (linha 06).
- (D) 'útil' (linha 09).
- (E) 'lá' (linha 25).
10. Ao utilizar formas verbais como 'expõe' (linha 08), 'espera' (linha 08), 'imporia' (linha 29), 'Recebeu' (linha 33) e 'agiu' (linha 36), o autor
- (A) faz uso da elipse do sujeito a fim de proporcionar a progressão textual, pois evita a repetição de expressões facilmente recuperáveis pelo contexto.
- (B) demonstra não ter um grande acervo lexical que lhe pudesse ajudar no preenchimento dos sujeitos ocultos.
- (C) intenta obscurecer ao leitor informações importantes do texto.
- (D) suprime, intencionalmente, o nome do ministro Nelson Barbosa, no intuito de lhe preservar a identidade.
- (E) tenciona testar a capacidade de análise sintática de seus leitores, no momento em que eles encontram os sujeitos ocultos.

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Leia as afirmativas a seguir sobre os componentes de um computador:
- I. O Scanner é um dispositivo que "varre" o computador em busca de vírus;
- II. USB (Universal Serial Bus) é um tipo de conexão que permite a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador;
- III. SSD é um tipo de dispositivo, sem partes móveis, para armazenamento não volátil de dados digitais que pode substituir o HD (disco rígido).

Assinale a opção que corresponde à(s) afirmativa(s) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.

- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

12. Assinale a opção que NÃO corresponde a um software que compõe uma suíte de escritório (Microsoft Office, Open Office/BrOffice):

- (A) Excel.
- (B) Access.
- (C) Impress.
- (D) PhotoShop.
- (E) Writer.

13. Dada a seguinte planilha no Excel 2010,

	A	B	C
1	8	7	1
2	6	3	1
3	2	2	6
4	4	8	3
5	3	4	1

O resultado da fórmula: =MÉDIA(A1:A4)+MÉDIA(A4:C4)-SOMA(A1:C1)+MÁXIMO(B1:B4) é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 8
- (E) 16

14. Analise as opções abaixo e assinale aquela que corresponde a um endereço eletrônico (e-mail) válido:

- (A) joao@
- (B) @joao.gmail.com
- (C) joao@gmail.com
- (D) www.joao.com.br
- (E) @joao

15. Pedro possui, em seu computador, 3 pastas (*pasta1*, *pasta2* e *pasta3*). Dentro de cada pasta, existe um arquivo. Na *pasta1*, há o *arquivo1*; na *pasta2*, o *arquivo2* e, na *pasta3*, o *arquivo3*. Pedro ainda executou as seguintes operações: o *arquivo1* foi copiado para a *pasta3* e o *arquivo3* foi recortado para a *pasta2*. Ele ainda renomeou o *arquivo2* para *arquivo-morto*. Assinale a opção que corresponde aos conteúdos da *pasta1*, *pasta2* e *pasta3* respectivamente:

- (A) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (B) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (C) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; vazia
- (D) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; vazia
- (E) vazia; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*

16. Dado o seguinte conceito: “Software malicioso que é instalado no computador sem o consentimento explícito do usuário que tem como objetivo alterar clandestinamente o comportamento do computador e que geralmente cópias de si mesmo e tenta se espalhar para outros computadores, utilizando-se de diversos meios”, assinale a opção que corresponde a este conceito.

- (A) firewall
- (B) vírus
- (C) backup
- (D) backdoor
- (E) spam

17. Assinale a opção que se refere ao dispositivo de “memória secundária” que é a parte do computador onde são armazenados os dados e o sistema operacional.
- (A) memória RAM
  - (B) memória ROM
  - (C) disco rígido
  - (D) memória Cache
  - (E) EPROM
18. Sobre o processo do boot de um computador, assinale a opção INCORRETA.
- (A) É o processo que carrega o sistema operacional para a memória do computador.
  - (B) O BIOS é um programa de computador pré-gravado em memória permanente (firmware) executado por um computador quando ligado, responsável pelo suporte básico de acesso ao hardware, bem como por iniciar a carga do sistema operacional.
  - (C) É no processo de boot que o sistema operacional deve carregar drivers de dispositivos (*device drivers*) e outros programas que são necessários para a operação normal de um computador.
  - (D) No processo de boot, somente um sistema operacional pode ser carregado por vez.
  - (E) O sistema operacional carregado no processo de boot tem que estar armazenado obrigatoriamente em um disco rígido.
19. Observe o texto abaixo formatado no Word 2010:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas.

*Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend.*

**Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat.**

Com relação à formatação de fonte e de parágrafos do texto acima, assinale a opção CORRETA.

- (A) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte normal, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
  - (B) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, justificado; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
  - (C) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte negrito, justificado; 3º parágrafo em itálico alinhado à direita.
  - (D) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte em itálico, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
  - (E) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, alinhado à esquerda; 3º parágrafo em negrito alinhado à direita.
20. Com relação à navegação na Internet através do *browser*, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Ópera, Safari, Chrome e Firefox são nomes de *browsers* (navegadores).
  - (B) Intranet é um tipo de Internet que permite acesso irrestrito.
  - (C) URL é uma sigla que indica o endereço de um site ou algum recurso (arquivo ou dispositivo).
  - (D) O uso do https no início dos endereços dos sites indica uma camada adicional de segurança no acesso àquele site.
  - (E) Um cookie é um pequeno pedaço de dados enviado a partir de um site web e armazenado em um arquivo que pode guardar informações das atividades do usuário naquele site.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Os fatos contábeis abaixo listados e destacados podem ser classificados como fatos permutativos, modificativos ou mistos.

- I. Compra de um veículo a prazo;
- II. Obtenção de um financiamento bancário a ser pago com juros;
- III. Pagamento antecipado de refeições para os funcionários;
- IV. Contratação de seguro, pago à vista, com cobertura de 12 meses.

Identifique, entre as opções abaixo, a que apresenta a ordem de classificação CORRETA, respectivamente, para os itens acima.

- (A) Permutativo, modificativo, modificativo, modificativo.
  - (B) Permutativo, modificativo, modificativo, permutativo.
  - (C) Permutativo, permutativo, permutativo, permutativo.
  - (D) Misto, misto, modificativo, misto.
  - (E) Misto, misto, modificativo, permutativo.
22. O saldo das reservas de lucros, com algumas exceções, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Marque a opção que contém apenas reservas de lucros que compõem a exceção anteriormente citada:
- (A) Reserva legal, reserva para incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar.
  - (B) Reserva estatutária, reserva legal, reserva para incentivos fiscais.
  - (C) Reserva estatutária, reserva para incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar.
  - (D) Reserva para contingências, reserva para incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar.
  - (E) Reserva legal, reserva estatutária e reserva para contingências.
23. Dividendo é a remuneração atribuída aos sócios em função do capital aplicado na sociedade. Marque a opção que contém os elementos componentes da base para o dividendo:
- (A) Lucro líquido do exercício e reservas de lucros.
  - (B) Lucros acumulados e reservas de lucros.
  - (C) Lucro líquido do exercício, lucros acumulados e reservas de lucros.
  - (D) Lucro líquido do exercício, reservas de lucros, reserva para contingências.
  - (E) Lucro líquido do exercício, lucros acumulados e reservas de lucros a realizar.
24. De acordo com a CVM, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados são demonstrações obrigatórias para as companhias de capital aberto. Sobre a DMPL e a DLPA, marque opção CORRETA.
- (A) A DMPL expõe as variações ocorridas, durante o exercício, em todas as contas do patrimônio líquido, exceto na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, que é demonstrada na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
  - (B) A extinção da conta de lucros ou prejuízos acumulados eliminou também esta conta da DMPL.
  - (C) A DMPL pode substituir a DLPA.
  - (D) A DMPL expõe as variações ocorridas, durante o exercício, em todas as contas do patrimônio líquido, inclusive na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
  - (E) A apresentação da DLPA não é obrigatória quando a DMPL for apresentada.
25. De acordo com a Lei 6.404/76, o patrimônio líquido é dividido em grupos. Marque a opção que apresenta, pelo menos, um grupo que NÃO compõe o patrimônio líquido.
- (A) Capital social, ajustes de avaliação patrimonial.
  - (B) Ajustes de avaliação patrimonial, prejuízos acumulados, reservas de lucros.
  - (C) Capital social, lucros ou prejuízos acumulados, ações em tesouraria.
  - (D) Ações em tesouraria, ajustes de avaliação patrimonial.
  - (E) Capital social, prejuízos acumulados.
26. Na introdução do Plano Diretor da Reforma do Estado, consta que “O governo brasileiro não carece de 'governabilidade', ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um problema de governança, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa.

A respeito dos princípios fundamentais de governança, marque a opção INCORRETA.

- (A) *Transparência*: representa o processo de contínua demonstração, pelo agente, de que sua gestão está alinhada às diretrizes estratégicas previamente fixadas pelo principal. Não é só limitar-se à “obrigação de informar”, o agente deve cultivar o “desejo de informar”.
- (B) *Equidade*: tratamento justo e igualitário a todas as partes interessadas, sendo totalmente inaceitáveis atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto.
- (C) *Prestação de contas*: os agentes da governança devem prestar contas de sua atuação a quem os fez delegação e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício desse mandato.
- (D) *Responsabilidade*: definição de uma política de responsabilidade que assegure a máxima sustentabilidade dos negócios, incorporando considerações de ordem ética, social e ambiental em todos os processos e relacionamentos.
- (E) *Acuidade*: o processo de demonstração das informações da gestão deve apresentar um grau de precisão tão alto quanto possível sob o risco da informação gerada perder aderência à realidade que se pretende informar.

27. Sobre o conceito e o exercício do controle interno na administração pública, marque a opção CORRETA.

- (A) O controle interno é uma ferramenta auxiliar da auditoria e deverá acontecer periodicamente com a finalidade e evitar desvios no patrimônio público.
- (B) A finalidade do controle interno é tão somente evitar o desvio de recursos públicos e de comunicar aos gestores, de forma confiável, os prováveis focos de descontrole.
- (C) O controle interno deverá “amarrar” a administração pública controlando cada detalhe de cada ente da administração pública. Diferentemente da gestão privada, não serão permitidas quaisquer variações nos seus relatórios financeiros.
- (D) O controle interno tem o papel de evidenciar os possíveis desvios no patrimônio público. As ações para sanar os desvios são de responsabilidade da administração pública.
- (E) Controle interno é o conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos das unidades e entidades da administração pública sejam alcançados de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

28. Riscos são eventos negativos que podem impedir a criação de valor ou mesmo destruir o valor existente influenciando o atingimento dos objetivos de uma organização e a atividade de auditoria interna deve auxiliar a organização a identificar e avaliar exposições significativas a riscos e contribuir para a melhoria dos sistemas de gestão de riscos e controle. Acerca da análise e gestão de riscos, marque a opção INCORRETA.

- (A) É usual dividir a análise de risco em riscos externos e riscos internos e riscos mistos.
- (B) Área de risco é a parcela da gestão submetida à fiscalização e que o auditor considera que tem controle interno desenhado de forma incorreta.
- (C) A detecção de áreas de risco é consequência da análise do controle interno.
- (D) Gestão de risco é a adoção de medidas que diminuam a possibilidade da Administração Pública ficar submissa a agentes internos ou externos que cometem fraudes.
- (E) A gestão de risco é um processo contínuo que perpassa toda a organização.

29. Acerca dos princípios do controle interno administrativo, marque a opção que contém apenas informações corretas:

- (A) *Relação custo/benefício*: consiste na avaliação do custo de um controle em relação aos benefícios que ele possa proporcionar. O custo não poderá, de forma alguma, ser alto demais sob o risco de onerar excessivamente os cofres públicos.
- (B) *Controles sobre as transações*: é imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade/entidade e autorizados por quem de direito, exceto em casos de extrema necessidade pública.
- (C) *Delegação de poderes e definição de responsabilidades*: a delegação de competência, conforme previsto em lei, será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com vistas a assegurar maior rapidez e objetividade às decisões. O ato de delegação deverá indicar, com precisão, a autoridade delegante, delegada e o objeto da delegação, ainda que feito de maneira informal.
- (D) *Segregação de funções*: a estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio.



- (E) Aderência a diretrizes e normas legais: o controle interno administrativo deve assegurar observância às diretrizes, aos planos, às normas, às leis, aos regulamentos e aos procedimentos administrativos, e que os atos e fatos de gestão sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade/entidade e deverá também primar pelo bom senso pois certas normas não são aplicáveis em determinadas situações.
30. Tratando-se de autarquias, marque a opção INCORRETA.
- (A) O orçamento das autarquias terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.
- (B) Os orçamentos das autarquias serão vinculados ao orçamento da esfera de governo a que pertencer.
- (C) Caso a União, os Estados ou os Municípios realizem uma inversão financeira em uma autarquia, essa inversão financeira será contabilizada no investidor como uma transferência de capital.
- (D) A diferença de saldo positivo entre receitas e despesas de uma autarquia será tratada, geralmente, como receita no orçamento da União, dos Estados ou dos Municípios, conforme o caso.
- (E) Os orçamentos e balanços das autarquias obedecerão a padrões e normas autônomos com a finalidade de atender às suas peculiaridades.
31. A respeito da principiologia da atividade administrativa pública constante na Constituição Federal de 1988, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Legalidade preconiza que toda a atividade administrativa está condicionada à observância da lei, exceto no caso em que a lei for claramente contrária aos interesses públicos.
- (B) Moralidade é o elemento ético condutor do agente.
- (C) Impessoalidade exprime que a ação do agente público deve ser ausente de subjetividade e que, portanto, não deve considerar quaisquer inclinações e interesses pessoais.
- (D) Publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo.
- (E) Eficiência que é a busca de resultados práticos, de produtividade, de economicidade, a fim de não desperdiçar dinheiro público.
32. Uma unidade contábil é uma entidade do setor público que possui patrimônio próprio e, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, pode ser classificada em:
- (A) originárias, descentralizadas, unificadas e consolidadas.
- (B) originárias, descentralizadas e consolidadas.
- (C) originárias, unificadas e consolidadas.
- (D) centralizadas, descentralizadas e unificadas.
- (E) centralizadas ou unificadas e descentralizadas ou consolidadas.
33. Um dos objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer informações compreensíveis e úteis aos cidadãos para que estes sejam capazes de exercer seu direito de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos. O cumprimento deste objetivo é chamado de:
- (A) Instrumentalização do controle público.
- (B) Instrumentalização do controle externo.
- (C) Instrumentalização do controle social.
- (D) Instrumentalização do controle cidadão.
- (E) Instrumentalização do controle dos agentes públicos.
34. Um ente público decide vender e vende um imóvel de sua propriedade. O valor da venda foi depositado pelo comprador em conta bancária do ente. Este valor deverá ser reconhecido como:
- (A) Receita derivada.
- (B) Receita vinculada.
- (C) Receita efetiva.
- (D) Receita não efetiva.
- (E) Receita extraorçamentária.
35. A respeito da receita pública, marque a opção INCORRETA.
- (A) Receita ordinária é a que ingressa aos cofres públicos de acordo com a previsão do orçamento.
- (B) Receita originária é a receita obtida com a exploração do próprio patrimônio da administração pública, por meio da alienação de bens ou serviços, aplicação de recursos etc.

- (C) Receita com contraprestação é decorrente de transações com contraprestação nas quais a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e dá diretamente valor aproximado igual a outra entidade na troca.
- (D) Receita extraorçamentária é o montante dos créditos lançados nas contas do Passivo Circulante em contrapartida com as obrigações com terceiros.
- (E) Receita intraorçamentária são aquelas que representam despesas para um ente enquanto representam receita para outro desde que pertençam à mesma esfera de governo e façam parte do mesmo orçamento fiscal e de seguridade social.
36. Marque a opção que traz a afirmativa CORRETA sobre despesa pública.
- (A) Despesa pública é todo o consumo de bens e direitos destinados à satisfação das necessidades públicas.
- (B) Despesa por mutação patrimonial é aquela despesa que ocorre em consequência da desvalorização de um bem ou direito constante do patrimônio público.
- (C) As inversões financeiras são despesas com investimentos financeiros.
- (D) Amortização de dívidas não são consideradas despesas públicas.
- (E) Investimentos em imóveis, embora afetem o caixa do ente, não podem ser consideradas despesas públicas.
37. Segundo a Lei 4.320/64, existe o conceito de crédito adicional. Acerca deste assunto, marque a opção INCORRETA.
- (A) As despesas não computadas ou insuficientemente dotadas no orçamento serão autorizadas através de créditos adicionais.
- (B) Os créditos adicionais são classificados em suplementares, especiais e extraordinários.
- (C) Os créditos adicionais são uma ferramenta de ajuste e/ou retificação do orçamento anual.
- (D) Os créditos extraordinários são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (E) Os créditos suplementares somente poderão ser abertos se houverem recursos disponíveis para tanto.
38. A respeito dos princípios orçamentários, marque a opção CORRETA.
- (A) Cada esfera da administração pública deverá ter seu próprio orçamento e este orçamento deverá incluir todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, exceto as autarquias, por serem autônomas.
- (B) O orçamento deverá prever todas as receitas e todas as despesas de todos os entes públicos, inclusive as necessárias para os eventos incertos como, por exemplo, calamidades públicas e guerras.
- (C) A Lei Orçamentária não poderá incluir outros dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito.
- (D) A Lei Orçamentária prevê que as receitas e as despesas devem ser registradas na LOA pelos seus valores líquidos, isto é, com as deduções autorizadas em lei.
- (E) Não é permitida a vinculação da receita de impostos em nenhuma hipótese.
39. A respeito da avaliação de itens do imobilizado e do intangível de um ente público, marque o item INCORRETO.
- (A) O ativo imobilizado deve ser reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- (B) O ativo imobilizado de um ente público não está sujeito à depreciação, amortização ou exaustão.
- (C) Caso um ativo imobilizado tenha sido obtido a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo.
- (D) Um ativo intangível deve ser reconhecido somente quando o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.
- (E) As perdas do valor de um intangível ao longo de sua vida útil devem ser avaliadas por redução ao valor recuperável.
40. A Secretaria do Tesouro Nacional elaborou, através de um Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis, um Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. O objetivo é permitir que os entes públicos possam adotar, de forma sistematizada, as normas contábeis, incluindo vários aspectos, EXCETO:
- (A) Segregação da informação orçamentária da patrimonial.
- (B) Registro das variações patrimoniais segundo o regime de competência.
- (C) Registro de procedimentos patrimoniais específicos.
- (D) Elaboração de estatísticas fiscais mundiais com base nos padrões estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI.

- (E) Adoção de medidas de flexibilização na metodologia dos registros das variações patrimoniais quando comprovadamente necessária.
41. Em 15 de março de um determinado exercício, houve um curto circuito elétrico em uma escola da rede pública. Felizmente o fato ocorreu em um dia em que não havia atividades na escola e, portanto, ocorreram apenas prejuízos materiais: todos os equipamentos necessários para o funcionamento da escola assim como algumas partes da edificação foram destruídos.
- (A) Tal fato não deverá ser informado em notas explicativas das demonstrações contábeis do exercício anterior, pois estas já estarão fechadas.
- (B) Tal fato não deverá ser informado em notas explicativas das demonstrações contábeis do exercício anterior, pois ocorreu em um exercício diverso.
- (C) Tal fato deverá ser informado em notas explicativas das demonstrações contábeis do exercício anterior e não precisará ser incluída nas demonstrações contábeis deste ano.
- (D) Tal fato deverá ser informado em notas explicativas do exercício em que ocorre o incidente, pois as notas explicativas somente podem fazer referência a fatos que nela estejam registrados.
- (E) Tal fato é denominado evento subsequente e deverá ser incluído nas notas explicativas das demonstrações do exercício encerrado.
42. Para efeito nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público. NÃO são consideradas entidades do setor público:
- (A) Órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público.
- (B) Pessoas jurídicas de direito privado que recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiro, bens e valores públicos na execução de suas atividades.
- (C) Pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
- (D) Pessoas físicas que recebam concessões para prestação de serviços públicos.
- (E) Pessoas jurídicas de direito privado que recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiro público na execução de suas atividades.
43. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o objeto da contabilidade pública é(são):
- (A) os órgãos públicos.
- (B) o patrimônio público.
- (C) todas as entidades do setor público.
- (D) o controle dos agentes públicos.
- (E) entidades públicas ou privadas que utilizem recursos públicos.
44. Marque a opção CORRETA a respeito de renúncia de receita.
- (A) Caso uma multa de um crédito tributário seja perdoada, teremos uma remissão.
- (B) Caso o ente público decida que não fará a cobrança de uma dívida pelo fato de o seu valor ser muito pequeno, teremos uma anistia.
- (C) Caso haja necessidade de incentivar o consumo de determinados bens, como livros por exemplo, o ente público poderá diminuir a alíquota do imposto. Neste caso, temos uma isenção.
- (D) Caso haja necessidade de incentivar o consumo de determinados bens, como livros por exemplo, o ente público poderá diminuir a alíquota do imposto. Neste caso, temos uma remissão.
- (E) Caso haja necessidade de incentivar o consumo de determinados bens, como livros por exemplo, o ente público poderá diminuir a alíquota do imposto. Neste caso temos uma anistia.
45. Sobre a classificação da despesa pública, assinale a opção INCORRETA.
- (A) A classificação institucional está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- (B) A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções.
- (C) A classificação funcional busca identificar em que área de ação governamental a despesa será realizada.
- (D) A classificação por estrutura programática está dividida em programas, ações e projetos.
- (E) As ações da estrutura programática podem ser classificadas em atividades, projetos e operações especiais.

46. Marque o item que apresenta as fases da despesa orçamentária de forma completa e na ordem CORRETA.
- (A) Fixação, empenho e o pagamento.
  - (B) Fixação, empenho, pagamento e liquidação.
  - (C) Fixação, empenho, liquidação e o pagamento.
  - (D) Empenho, fixação, liquidação e o pagamento.
  - (E) Empenho, fixação, provisão, liquidação e pagamento.
47. A respeito de Restos a Pagar, marque a opção INCORRETA.
- (A) Restos a pagar são despesas orçamentárias empenhadas e não pagas até o final do exercício social.
  - (B) Restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária já passou pelos estágios de empenho e liquidação.
  - (C) Restos a pagar processados geralmente não podem ser cancelados, pois o fornecedor do bem ou serviço já cumpriu a sua obrigação.
  - (D) Restos a pagar não processados são aqueles que ainda não foram liquidados mas cujo material ou serviço já foi entregue pelo fornecedor, estando em fase de verificação ou que esteja no prazo de cumprimento da obrigação por parte do fornecedor.
  - (E) Restos a pagar não processados são aqueles que ainda não foram liquidados, não importando o motivo da não liquidação e, portanto, somente poderão ser pagos no próximo exercício.
48. A respeito de Despesas de Exercícios Anteriores e de Suprimento de Fundos, marque a opção CORRETA.
- (A) Despesas de Exercícios Anteriores são despesas fixadas e empenhadas, no orçamento vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.
  - (B) Suprimentos de fundos é a mesma coisa que regime de adiantamento e, do ponto de vista patrimonial, é uma despesa já que diminui o patrimônio.
  - (C) Regime de adiantamento é um processamento especial da despesa pública orçamentária, através do qual se coloca o numerário à disposição de um funcionário ou servidor, a fim de dar-lhe condições de realizar gastos que, por sua natureza, não possam ser fixadas em orçamento.
  - (D) Despesas de exercícios anteriores não se confundem com restos a pagar, pois tratam-se de despesas que tiveram seus empenhos cancelados.
  - (E) O regime de adiantamento pode ser utilizado quando se tratar de despesa de caráter sigiloso, conforme determinado em regulamento.
49. Eventualmente o setor público poderá ser obrigado a contrair compromissos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou financeiro. Se a exigibilidade destes compromissos forem superiores a doze meses serão classificados no balanço patrimonial como passivo não circulante. Marque a opção que contém a definição do elemento patrimonial no qual a situação acima descrita se enquadra.
- (A) Dívida fundada
  - (B) Dívida confessada
  - (C) Precatório de longo prazo
  - (D) Provisões a longo prazo
  - (E) Passivo permanente
50. A demonstração dos fluxos de caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos seguintes fluxos:
- (A) das operações, dos investimentos, dos financiamentos e patrimonial.
  - (B) das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
  - (C) das operações, dos financiamentos e patrimonial.
  - (D) dos financiamentos e do patrimônio.
  - (E) tributário, dos financiamentos e dos investimentos.